

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 485.130 - MS (2018/0339322-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**REQUERENTE** : RICARDO SOUZA PEREIRA  
**ADVOGADO** : RICARDO SOUZA PEREIRA - MS009462  
**REQUERIDO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : HELDER NAULLE PAES DOS SANTOS BOTELHO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração da liminar em *habeas corpus*, impetrado em favor de **HELDER NAULLE PAES DOS SANTOS BOTELHO**, contra acórdão do do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que negou a liberdade provisória ao paciente (e-STJ, fls. 112-115).

Alega o impetrante que não se encontram presentes os requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva. Destaca, em especial, que a cautelaridade é suficientemente garantida pelo afastamento do cargo público, já que tal providência, por si só, seria capaz de impedir a reiteração delitiva. Assevera, ainda, que a gravidade abstrata dos delitos narrados na denúncia não justifica a imposição da custódia cautelar, bem como enfatiza ser primário, possuidor de residência fixa e família constituída, reunindo as condições necessárias para responder ao processo em liberdade, ainda que mediante a imposição de outras medidas cautelares alternativas à prisão (e-STJ, fls. 3-29).

Requeru, em sede de liminar, "o deferimento de liminar *inaudita altera parte* em Ordem de *Habeas Corpus* suspendendo sua prisão preventiva". No mérito, a confirmação da medida liminar, a fim de que "revogue a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, pela ausência dos requisitos do art. 312, do Código de Processo Penal" (e-STJ, fl. 29).

A liminar foi indeferida (e-STJ, fl. 1768).

O impetrante formulou este pleito (PetRCD n. 0065607/2019), alegando que "não se pretende discutir juízo e culpabilidade neste momento processual. [...] O que se pleiteia é a análise dos requisitos da prisão preventiva, se estão presentes ou não, se é justificável ou não a prisão" (e-STJ, fl. 1824). Assevera que "as medidas ora postas como autorizativas da prisão preventiva não existem mais, motivo pelo qual manter o paciente preso, faz com que ele sofra grave e sério constrangimento ilegal" (e-STJ, fl. 1839).

Ao final, requer "o Juízo de retratilidade da decisão - e o deferimento de liminar *inaudita altera pars* revogando a decisão e suspendendo sua prisão preventiva – através do presente juízo de reconsideração" e no mérito, "a concessão da medida liminar, a fim de que revogue a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente, pela ausência dos requisitos do art. 312, do Código de Processo Penal" (e-STJ, fl. 1841). Subsidiariamente, requer aplicação de cautelares alternativas (e-STJ, fl. 1842).

**É o relatório.**

Decido.

Na espécie, o impetrante reitera os argumentos expostos na inicial do *habeas corpus*.

A concessão de liminar constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade

no ato judicial. Em que pese a relevância dos argumentos apresentados, o pedido formulado na petição de reconsideração já foi examinado anteriormente.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Destarte, mantenho o *decisum*.

Dê-se nova vista dos autos ao Ministério Público Federal para que renove seu parecer ou ratifique o anteriormente ofertado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator

